Tribunal Regional do
Trabalho da 2ª Região

Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e
Jurisprudencial
Seção de Divulgação

8/2014

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

CONCAUSA. NEXO ETIOLÓGICO E CULPA. RESPONSABILIDADE CIVIL. A concausa está expressamente prevista no art. 21, I da Lei 8213/91, no art. 133, I do Decreto 2.172 de 05/03/97 e no art. 141, I do Decreto 357 de 17/12/91, caracterizando nexo etiológico com o trabalho. Mesmo que se considere eventual tendência orgânica a determinada lesão, não há como se negar os efeitos ocasionados pelo processo produtivo. É responsabilidade do empregador realizar exames periódicos, encaminhar o trabalhador para tratamento médico, realocá-lo para setor compatível, e tomar todas as medidas que estão ao seu alcance a fim de evitar o desenvolvimento da moléstia. A omissão quanto a essas obrigações contratuais caracteriza culpa, ensejando a responsabilidade civil. (TRT/SP - 00004270420115020463 - RO - Ac. 4ªT [20140154692](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 14/03/2014)

COMPETÊNCIA

Servidor público (em geral)

AÇÃO AUTÔNOMA PARA EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA MOVIDA PELO SINDICATO DA CATEGORIA. SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DO INSS. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A Justiça do Trabalho é competente para julgar pedidos de verbas trabalhistas referentes a período anterior à Lei nº 8.112/90. No entanto, a implementação do regime estatutário limita a execução ao período celetista, sendo que os pedidos referentes ao período posterior devem ser julgados extintos, pela ausência de competência desta Justiça especializada, definida pelo art. 114 da CF/88. Nesse sentido, a Orientação Jurisprudencial nº 138 da SDI-I do C. TST. Estando os exequentes submetidos ao regime estatutário (Lei nº 1.711/52, posteriormente revogada pela Lei nº 8.112/90) desde 1986, ou ingressado no INSS no ano de 1993, sob a égide da Lei nº 8.112/90, não se submetendo às normas celetistas no período referente à condenação imposta na ação coletiva (janeiro de 1988 a dezembro de 1990), esta Justiça especializada é incompetente para conhecer e julgar os pedidos formulados quanto à execução da sentença proferida em ação coletiva movida pelo Sindicato da categoria, devendo a ação ser julgada extinta. (TRT/SP - 00016223020115020073 - AP - Ac. 14ªT [20140138107](#) - Rel. MANOEL ANTONIO ARIANO - DOE 11/03/2014)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

DANO MORAL. CONSTRANGIMENTO IMPINGIDO POR SUPERIOR HIERÁRQUICO À COLETIVIDADE DE SUBORDINADOS. REPARAÇÃO INDIVIDUAL. INDEVIDA. A constatação de o reclamante não ser o destinatário exclusivo das agressões verbais proferidas por superior hierárquico é fator impeditivo da consolidação de constrangimento em moldes que justificariam

reparação pecuniária por lesão moral. As degradações que alcançam a coletividade de trabalhadores, num contexto, portanto, imaterial, são propícias à oneração do empregador, em razão da culpa, advinda da injustificada tolerância a condições indignas no meio ambiente laborativo, mas sob a perspectiva do dano coletivo. (TRT/SP - 00029400520125020076 - RO - Ac. 2ªT [20140143593](#) - Rel. MARIANGELA DE CAMPOS ARGENTO MURARO - DOE 26/02/2014)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Circunstâncias. Avaliação

RECLAMATÓRIA EMBASADA EM RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO - PRONUNCIAMENTO DO ABANDONO DE EMPREGO SUSTENTADO EM DEFESA - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INADEQUADA Quando a pretensão inicial é de reconhecimento da pertinência da rescisão indireta do contrato de trabalho, as únicas decisões viáveis são o referendo ou a rejeição da conduta do trabalhador, não havendo campo para a improcedência da pretensão inicial em razão de abandono de emprego. O abandono de emprego é justa causa para o rompimento do contrato, por iniciativa do empregador, quando o obreiro deixa de se apresentar ao trabalho, sem qualquer justificativa. Na ação que propõe a rescisão indireta do contrato de trabalho o que deve ser perquirido é se restou comprovada a justa causa do empregador e não a justa causa do empregado. (TRT/SP - 00010994020135020431 - RO - Ac. 2ªT [20140061864](#) - Rel. ROSA MARIA VILLA - DOE 11/02/2014)

EMPRESA (CONSÓRCIO)

Solidariedade

AGRAVO DE PETIÇÃO EM EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO DE BENS DE EMPRESA QUE NÃO FIGUROU NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. A incidência da solidariedade prevista no artigo 2º da CLT, aplicável à espécie, não prescinde da presença de todos os integrantes do grupo na fase de conhecimento, se pretender o reclamante, na execução, valer-se do benefício legal de exigir a integralidade de seu crédito de qualquer dos co-devedores. Sustentar que a solidariedade é econômica e não processual, para justificar a execução em bens de pessoa estranha à relação jurídica processual e que não figura no título executivo como devedora evidencia desrespeito aos princípios do devido processo legal e do contraditório. (TRT/SP - 00007620220135020318 - AP - Ac. 12ªT [20140063603](#) - Rel. JORGE EDUARDO ASSAD - DOE 14/02/2014)

ENTIDADES ESTATAIS

Privilégios. Em geral

"AGRAVO DE PETIÇÃO. JUROS DE MORA: A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei 9494, de 10/09/1997. Inteligência da Orientação Jurisprudencial 382 da SDI-1 do Colendo TST. Considerando ser a agravante entidade autárquica que não explora atividade econômica, o preceito supramencionado a ela se aplica. Ainda que assim não fosse, o título judicial exequendo, mesmo em se tratando de execução provisória, firmou o entendimento no mesmo sentido supramencionado, sendo vedada a rediscussão da matéria em fase executiva, a teor do artigo 879, § 1º da CLT. Agravo de petição ao qual se nega provimento." (TRT/SP -

02449002620055020003 - AP - Ac. 11ªT [20140052539](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 11/02/2014)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Circunstâncias pessoais

Equiparação Salarial. Bônus salariais acrescidos ao salário do paradigma são resultado de cursos frequentados por ele para aperfeiçoamento profissional que lhe emprestam maior qualificação técnica e lhe renderam vários acréscimos salariais, o que justifica um maior ganho, como proposto pelo Sistema de Maturidade Profissional, instituído pela ré. Tais acréscimos caracterizam vantagem pessoal remunerada, não passível de equiparação por quem não cumpriu os mesmos preceitos de qualificação permanente, conforme sublinhado no item VI, da Súmula nº 6, do C. TST, sob pena de se premiar a inércia daquele que não demonstrou o mesmo esforço e empenho. Recurso do autor ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00002875020135020058 - RO - Ac. 13ªT [20140151880](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 07/03/2014)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Gestante

"Estabilidade gestacional". Beneficiário. Natureza da responsabilidade. A estabilidade provisória da empregada grávida pressupõe que a gravidez desta seja comunicada a seu empregador antes da rescisão contratual. A destinatária da norma constitucional que prevê a garantia de emprego à gestante é ela própria e não o nascituro. Entendimento contrário implicaria concluir que referida estabilidade é irrenunciável e que nem mesmo por justa causa poderia ela ser demitida, sob pena de violação a direito de terceiro e ao princípio inculcado no art. 5º, XLV da CF, de não transferência de pena. (TRT/SP - 00024203520125020047 - RO - Ac. 1ªT [20140036622](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 06/02/2014)

EXECUÇÃO

Depósito

JUROS DE MORA. VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO. DIFERENÇAS ENTRE JUROS TRABALHISTAS E JUROS BANCÁRIOS. Embora o artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei 6.830/1990 estabeleça que a responsabilidade do executado pela atualização monetária e juros de mora finda com o depósito judicial, o fato é que somente com o efetivo pagamento, cessa a obrigação do executado por diferenças, sendo certo que os índices aplicados pelas instituições financeiras são inferiores aos devidos na execução trabalhista. O depósito realizado apenas como garantia do juízo, possibilitando a apresentação de embargos e recursos posteriores, não se confunde com quitação dos valores, uma vez que não permite a liberação do total do crédito ao exequente, não se constituindo, pois, em efetivo pagamento ao credor. Aplicável à hipótese a Súmula nº 07 deste Regional. (TRT/SP - 02310004820075020021 - AP - Ac. 3ªT [20140163934](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 07/03/2014)

Embargos à execução. Custas

CUSTAS PROCESSUAIS. PROCESSO DE EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE. Tratando-se de processo de execução, as custas devidas são aquelas previstas no artigo 789-A, da CLT, já que o seu artigo 789 aplica-se somente aos processos de

conhecimento. Nesse passo, levando-se em consideração que as custas da execução são sempre de responsabilidade do executado, conforme expressa disposição legal, não há custas a serem fixadas, na hipótese específica dos autos, pois não faria sentido que o executado respondesse por ônus processuais aos quais não deu causa. Agravo dos exequentes ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 00010698820115020038 - AP - Ac. 8ªT [20140029812](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 07/02/2014)

Recurso

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. Em que pese o artigo 893, parágrafo 1º da CLT estabeleça que as decisões interlocutórias não ensejem a interposição imediata de agravo de petição, a doutrina e jurisprudência têm entendido que há exceções que devem ser ponderadas, mormente quando se vislumbrar que a parte não terá possibilidade de renovar a matéria quando da prolação de eventual decisão terminativa. (TRT/SP - 01942003220055020040 - AIAP - Ac. 3ªT [20140066424](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 11/02/2014)

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESSUPOSTO RECURSAL. DECISÃO DE ACERTAMENTO DOS CÁLCULOS. A insatisfação do exequente quanto aos cálculos deve ser exteriorizada primeiramente através da impugnação à sentença de liquidação que por sua vez somente pode ser manejada após a prolação de sentença de liquidação. O agravo de petição somente poderá ser interposto pelo exequente em face da decisão que julga a impugnação à sentença de liquidação (decisão definitiva). O agravo de petição somente poderá ser interposto pelo exequente em face da decisão que julga a impugnação à sentença de liquidação (decisão definitiva). A interposição precipitada de agravo de petição enseja o seu não conhecimento, ante a falta de pressuposto objetivo de admissibilidade, qual seja, inadequação da medida eleita. (TRT/SP - 03012006719995020019 - AP - Ac. 12ªT [20140063409](#) - Rel. JORGE EDUARDO ASSAD - DOE 14/02/2014)

FALÊNCIA

Execução. Prosseguimento

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. FALÊNCIA DO DEVEDOR PRINCIPAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. A decretação da quebra do devedor principal demonstra, cabalmente, sua condição de insolvência e, considerando-se a natureza privilegiada dos créditos trabalhistas, a execução deve ser direcionada contra o devedor subsidiário, que, nesse contexto, é o responsável pelo pagamento do valor devido, não havendo previsão legal para que, primeiramente, a execução se processe em face dos sócios da empresa falida ou que se aguarde o encerramento do processo falimentar. (TRT/SP - 01734006320075020023 - AP - Ac. 11ªT [20140053675](#) - Rel. WILMA GOMES DA SILVA HERNANDES - DOE 11/02/2014)

HONORÁRIOS

Advogado

INDENIZAÇÃO PELAS DESPESAS COM ADVOGADO PARTICULAR. CABIMENTO NO PROCESSO DO TRABALHO. Os princípios do acesso à Justiça, da ampla defesa e do contraditório (artigo 5º, incisos XXXV e LV da Constituição Federal) pressupõem a defesa técnica do trabalhador, por profissional qualificado, não sendo possível restringir o direito do mesmo em optar pela nomeação de

advogado particular, nos termos do art. 133 da Carta Magna. Em que pese a inaplicabilidade do princípio da sucumbência e a possibilidade do *jus postulandi* no Processo do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios tem amparo no princípio da restituição integral, expresso nos artigos 389, 404 e 944 do Código Civil. Segundo o art. 389 do Código Civil, os honorários advocatícios são devidos no caso de descumprimento da obrigação, seja de natureza civil ou trabalhista. O art. 404 do mencionado diploma legal determina que as perdas e danos sejam pagas juntamente com os honorários advocatícios. Por fim, o art. 944 traduz o princípio da restituição integral, a qual deve abranger as despesas havidas com advogado particular, para ver reconhecidos os direitos trabalhistas sonegados. Recurso provido. (TRT/SP - 01052004020095020053 - RO - Ac. 4ªT [20140154838](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 14/03/2014)

HORAS EXTRAS

Trabalho externo

Atividade externa. Incompatibilidade com o controle de jornada. O artigo 62, I da CLT prevê que não são abrangidos pelo capítulo correspondente à duração de trabalho os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na CTPS e no registro de trabalho. Assim, não basta o exercício da atividade externa para a exclusão dos empregados nessas condições da proteção celetista, mas é necessário também que seja incompatível com o controle de horário de trabalho a atividade desenvolvida. No caso dos autos, a Reclamada não comprovou o exercício de trabalho externo incompatível com o controle de jornada, o que, inclusive resta difícil de comprovar nos dias atuais, em que a tecnologia permite o controle de horários de trabalho e pausas a longas distâncias por diversos meios tecnológicos. Assim, o mero desinteresse do empregador de controlar a jornada, mesmo quando possível pelos instrumentos mencionados não configura a incompatibilidade mencionada pelo texto legal. (TRT/SP - 00030418120125020063 - RO - Ac. 4ªT [20140026015](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 07/02/2014)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. UTILIZAÇÃO DE HEAD FONE. INDEVIDO. A recepção de voz humana por meio da utilização de head fone não é considerada atividade insalubre, já que não está classificada como tal pelo Ministério do Trabalho. Frise-se que para a atividade ser enquadrada na NR-15, anexo 13, da Portaria 3214/78 seria necessário que a autora recebesse, pelo fone de ouvido, sinais de telegrafia e radiotelegrafia. Indevido, por consequência, o pagamento do adicional de insalubridade e reflexos. (TRT/SP - 00009222320105020030 - RO - Ac. 17ªT [20140110733](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 21/02/2014)

JORNADA

Intervalo violado

INOBSERVÂNCIA DO INTERVALO INTERJORNADAS. HORAS EXTRAS. O descanso previsto no artigo 66 da CLT tem em mira a proteção da saúde do trabalhador, devendo as horas suprimidas do intervalo mínimo de onze horas entre as jornadas ser remuneradas como extras, na medida em que o artigo 66 da CLT é norma de ordem pública e de natureza cogente, não prevendo que o desrespeito ao intervalo interjornada acarrete apenas infração administrativa. Aplica-se, por

analogia, a norma contida no § 4º, do artigo 71 da CLT. Nesse sentido a OJ nº 355 da SBDI-1/TST. (TRT/SP - 00017970620105020446 - RO - Ac. 11ªT [20140084716](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 18/02/2014)

INTERVALO ENTRE JORNADAS. O desrespeito ao intervalo de 11 horas entre as jornadas não é causa autônoma para o pagamento de horas extras, mas sim, o tempo trabalhado. Este interregno entre as duas jornadas não significa tempo à disposição do empregador, mas mera infração administrativa e não acarreta qualquer pagamento como horas extraordinárias. Recurso ordinário das reclamadas a que se dá provimento parcial. (TRT/SP - 00001820920135020435 - RO - Ac. 18ªT [20140058952](#) - Rel. MARIA CRISTINA FISCH - DOE 06/02/2014)

"HORAS EXTRAS INTERVALARES, NATUREZA JURÍDICA E REFLEXOS: Em relação à natureza da parcela, deve ser observado o parágrafo 4º do artigo 71 da CLT que estabelece a paga como hora extra. A lei fala "remunerar", e não "indenizar". E o percentual mínimo de acréscimo já indica o propósito de remunerar trabalho extraordinário, na medida em que se paga por trabalho prestado em horário no qual o empregado não deveria estar a trabalhar. A matéria, aliás, já não comporta discussão, diante da Súmula 437, item III, do Colendo TST. Recurso ordinário do reclamante ao qual se dá parcial provimento." (TRT/SP - 00032733420125020018 - RO - Ac. 11ªT [20140052520](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 11/02/2014)

JUSTA CAUSA

Desídia

JUSTA CAUSA. DESÍDIA. FALTAS INJUSTIFICADAS. Os cartões de ponto acostados aos autos, os quais não foram infirmados por qualquer contraprova, demonstraram que o autor faltou vários dias ao serviço, sem apresentar qualquer justificativa, sendo certo que no último mês trabalhado teve sete ausências, sendo três delas nos dias imediatamente anteriores à dispensa. Não bastasse, o próprio reclamante admitiu ter sido advertido e suspenso por atrasos. Portanto, caracterizada a desídia do autor, há que ser mantida a dispensa por justa causa, restando reformada a sentença. (TRT/SP - 00010118820115020037 - RO - Ac. 11ªT [20140052431](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 11/02/2014)

Indisciplina ou insubordinação

JUSTA CAUSA. INDISCIPLINA E INSUBORDINAÇÃO. GRAVIDEZ. A lei veda dispensa arbitrária ou imotivada. Há de ser mantida a demissão por justa causa, uma vez comprovada, nos autos, a falta grave cometida pela empregada, de prática de indisciplina e insubordinação no trabalho, incompatível com a relação de emprego. Recurso ordinário da autora a que se nega provimento. (TRT/SP - 00006208420135020063 - RO - Ac. 18ªT [20140059037](#) - Rel. MARIA CRISTINA FISCH - DOE 06/02/2014)

MULTA

Administrativa

AGRAVO DE PETIÇÃO EM EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA, IMPOSSIBILIDADE DE DIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DO SÓCIO DA EXECUTADA. A responsabilidade pelo pagamento da multa administrativa fiscal é daquele que figura no processo administrativo e contra quem se formou o título executivo, representado pela certidão da Dívida Ativa, conforme

o art. 2º, § 5º, I, da Lei nº 6.830/1980. Na hipótese dos autos, a pretensão da União em redirecionar a execução em face do representante da pessoa jurídica executada não prospera, vez que este não consta da Certidão de Dívida Ativa de fl. 04. Inteligência da Súmula 392 do STJ. (TRT/SP - 00003791920135020061 - AP - Ac. 3ªT [20140167085](#) - Rel. KYONG MI LEE - DOE 07/03/2014)

EXECUÇÃO FISCAL. INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. Por expressa disposição legal, a teor do artigo 39, § 2º, da Lei nº 4.320/1964, as multas decorrentes das infrações à legislação do trabalho não possuem natureza tributária, conforme defendido nas razões da agravante. Isso porque, o pressuposto é o cometimento de ato ilícito, o que não ocorre com o tributo, cujo fato gerador tem natureza evidentemente distinta. No entanto, ainda que se trate de multa essencialmente administrativa, incide aqui a prescrição quinquenal, conforme entendimento predominante na jurisprudência, a teor da previsão contida no artigo 1º, do Decreto nº 20.910/1932. Agravo da União ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00178005820085020041 - AP - Ac. 8ªT [20140081539](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 17/02/2014)

Multa do Artigo 477 da CLT

MULTA. ARTIGO 477 DA CLT. PROVA. O termo de rescisão contratual não se encontra datado, inviabilizando, assim, a verificação do prazo de pagamento das verbas rescisórias, estipulado no artigo 477 da CLT. Registre-se ser da reclamada o ônus quanto ao cumprimento desse prazo, de modo que, não havendo outras provas nos autos que apontem o pagamento do respectivo título dentro do prazo legal, há que se deferir a multa do artigo 477 da CLT. Recurso do reclamante a que se dá provimento neste aspecto. (TRT/SP - 00005749120125020011 - RO - Ac. 11ªT [20140052423](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 11/02/2014)

MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT - CONTROVÉRSIA OPORTUNISTA – DEVIDA. A controvérsia que envolve o motivo da ruptura contratual deve ser oportuna e não oportunista. O empregador que tenta camuflar a existência do vínculo empregatício, não merece melhor tratamento do que aquele que, ao desrespeitar o prazo legal do pagamento dos títulos rescisórios de empregado registrado, se submete à sanção prevista no artigo 477 da CLT. (TRT/SP - 00017296220115020077 - RO - Ac. 2ªT [20140061716](#) - Rel. ROSA MARIA VILLA - DOE 11/02/2014)

MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR FALECIMENTO DO EMPREGADO. INDEVIDA. Na hipótese de extinção do contrato de trabalho por falecimento do empregado, não há que se falar em incidência da multa do artigo 477, § 8º, da CLT. Isto porque, além de não haver previsão específica de incidência da referida multa para essa modalidade de extinção do contrato de trabalho, não resta caracterizada, em princípio, mora injustificada do empregador, no pagamento das verbas rescisórias devidas. (TRT/SP - 00011777420125020332 - RO - Ac. 17ªT [20140075709](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 13/02/2014)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

HORAS EXTRAS. TURNOS DE REVEZAMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. O empregado sujeito a constantes trocas de horário, trabalhando ora no período matutino, ora no noturno, sofre desgastes físicos, além

de ser privado do convívio familiar e social necessários à sua saúde afetiva e psíquica, sendo essencial a diminuição da jornada de trabalho, para compensar, ainda que parcialmente, o peso desse labor. Havendo prova de trabalho em turnos variados, que abranjam as 24 horas do dia, o trabalhador faz jus à jornada especial de 06 horas diárias, prevista no art. 7º, XIV, da Constituição Federal. O trabalho em turnos de revezamento em jornada superior a 06 horas diárias somente poderá ser considerado legal no caso de haver previsão em norma coletiva. (TRT/SP - 00021889220125020024 - RO - Ac. 3ªT [20140185504](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 14/03/2014)

PRESCRIÇÃO

Dano moral e material

ACIDENTE DO TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. A contagem do prazo prescricional relacionado à pretensão de indenização por danos morais e materiais decorrentes do acidente do trabalho teve início a partir da concessão da alta médica, oportunidade em que o reclamante teve ciência inequívoca de sua incapacidade laboral parcial. (TRT/SP - 00019899020125020373 - RO - Ac. 11ªT [20140081261](#) - Rel. CLAUDIA ZERATI - DOE 18/02/2014)

Intercorrente

Agravo de petição. Prescrição intercorrente. A não observância do disposto no artigo 40, §§ 2º e 4º, Lei nº 6.830/80, implica o afastamento da prescrição intercorrente declarada pelo Juízo de origem, vez que a prescrição intercorrente somente pode ser pronunciada após a suspensão de 1 (um) ano do curso da execução, durante o qual não correrá o prazo de prescrição, devendo o exequente ser intimado da decisão de arquivamento, o que não ocorreu na presente execução. (TRT/SP - 01780003320045020444 - AP - Ac. 8ªT [20140083000](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 17/02/2014)

RESCISÃO CONTRATUAL

Efeitos

RELAÇÃO DE TRABALHO. DANOS MATERIAIS. Comprovados o nexo causal e a culpa das Reclamadas, tem jus as Reclamantes à indenização. E o Código Civil, aplicado subsidiariamente por força do artigo 8º, parágrafo único, da CLT, especifica regra para as indenizações nos casos em que ocorre a morte da vítima, com aplicação no caso de acidente de trabalho, quando atendidos os pressupostos da responsabilidade civil, como na espécie. RELACÃO DE TRABALHO. DANOS MORAIS. O dano moral se caracteriza por ser *in re ipsa*, ou seja, presumido em decorrência da situação vivenciada pelas Reclamantes, de forte abalo psicológico, pois viram-se privadas de seu familiar. No que respeita ao arbitramento do valor correspondente à responsabilidade pelo dano, entendo que se trata de sanção civil, e não indenização ou compensação. RESPONSABILIDADE DAS RECLAMADAS. Considerando-se que ambas as Reclamadas agiram com culpa no evento que culminou com a morte do trabalhador, devem responder solidariamente pelos valores ora deferidos. ART. 475-Q DO CPC. APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO. A constituição de capital visa garantir o pagamento da pensão mensal necessária à sobrevivência do trabalhador, excluído do mercado de trabalho por culpa de seu empregador, em razão do seu prolongamento no tempo por vários anos ou até décadas, evitando-se o risco das

incertezas econômicas que podem ocasionar a falência ou fechamento deste. TUTELA ANTECIPADA. A antecipação de tutela exige materialização de prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação, harmonizada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou ainda quando caracterizado o abuso de direito de defesa e o manifesto propósito protelatório, tudo consoante artigo 273, do CPC. Verifica-se, de plano, a verossimilhança das alegações, tendo em vista, ainda, a reforma do r. julgado de 1º Grau e de tratar-se de prestação de alimentos, nos termos do artigo 948, inciso II, do C. Civil. (TRT/SP - 01549002620095020492 (01549200949202008) - RO - Ac. 2ªT [20140061007](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 11/02/2014)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Em geral

Prosseguimento da execução na pessoa da responsável subsidiária. Em se tratando de responsável subsidiária, a segunda Reclamada responde pelos créditos devidos à Reclamante, tendo em vista ser incontroversa a existência de recuperação judicial decretada para a primeira Ré, que torna mais lenta e insegura a satisfação do crédito, que por sua natureza alimentar deve ser satisfeito pelo meio mais célere, *in casu*, justificando a imediata execução da tomadora dos serviços prestados pela ora exequente. (TRT/SP - 00005252620105020462 - AP - Ac. 4ªT [20140026031](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 07/02/2014)

Terceirização. Ente público

PARCERIA FIRMADA ENTRE MUNICÍPIO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP. INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Em se tratando de parceria com OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999, com mero repasse de recursos financeiros, não se há de falar em responsabilidade subsidiária da Administração Pública, que nem sequer figurou como tomadora dos serviços prestados. Apelo provido. (TRT/SP - 00017206820125020432 - RO - Ac. 3ªT [20140074915](#) - Rel. KYONG MI LEE - DOE 12/02/2014)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA Nº 331 DO COLENDO TST. EFEITOS DA DECLARAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 71 DA LEI Nº 8.666/1993. ADC 16. A Súmula nº 331 do Colendo TST é constitucional, na medida em que, não obstante a clareza da gama de direitos disciplinada na Carta Magna, a atividade humana em proveito de outrem ainda necessita de significativa carga protetiva. Cabe, assim, à Justiça do Trabalho, envidar esforços para que se abstenham de violá-los ou restringi-los, valendo-se de uma visão mais abrangente da sua função social, alcunhando juridicidade a situações flagrantemente relegadas, tudo para a materialização do conteúdo do princípio da dignidade (artigo 1º, III), perspectiva não olvidada pelo Excelso STF, na ADC 16, ao delinear a constitucionalidade do artigo 71 da Lei nº 8.666/1993. Sendo assim, porque a força de trabalho atendeu aos interesses da sociedade de economia mista, remanesce a obrigação supletiva na solvência de haveres do hipossuficiente na evidência da sua conduta culposa na qualidade de contratante, ao, descuidando da fiscalização que lhe competia e que teria aptidão para coibir o prejuízo experimentado pela parte adversa ao longo do vínculo de emprego, deixar de exercitar as prerrogativas contidas na própria Lei de Licitações, em seus artigos 78, incisos I e II, e 80, inciso IV. (TRT/SP -

00021698420125020445 - RO - Ac. 2ªT [20140090678](#) - Rel. MARIÂNGELA DE CAMPOS ARGENTO MURARO - DOE 18/02/2014)

Responsabilidade Subsidiária. Ente Público. A realidade fática que integra os autos demonstra que a recorrente não procedeu com a necessária vigilância, no que tange às obrigações trabalhistas que deveriam ter sido cumpridas pela real empregadora da reclamante. Ao contrário, permaneceu inerte e omissa. Na condição de tomadora dos serviços, foi beneficiada diretamente pelas atividades desempenhadas pelo autor, devendo, em consequência, ser responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento dos títulos por ocasião reconhecidos nos autos. (TRT/SP - 00016838620125020029 - RO - Ac. 11ªT [20140053861](#) - Rel. WILMA GOMES DA SILVA HERNANDES - DOE 13/02/2014)

Administração Pública. Responsabilidade subsidiária. Lei 8.666/93. A responsabilização do Poder Público, como devedor subsidiário, não significa afastar a incidência do §1º do art. 71 da Lei 8.666/93. Tal dispositivo apenas veda a transferência de encargos trabalhistas à Administração Pública quando inadimplente o devedor principal. A subsidiariedade não se confunde com a transferência da responsabilidade vedada pelo dispositivo legal em questão. O responsável pelo débito continua a ser a empresa prestadora de serviços; a Administração Pública é mera devedora subsidiária. Entendimento diverso retiraria o sentido do §2º do mesmo art. 71, segundo o qual a Administração Pública responde solidariamente pelos créditos previdenciários. Ora, se responde por tais créditos, como mais razão responderá pelos trabalhistas, os quais, de natureza privilegiada, preferem àqueles. (TRT/SP - 00007396920135020443 - RO - Ac. 1ªT [20140036509](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 06/02/2014)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Nulidade

DOENÇA PROFISSIONAL. LAUDO ELABORADO POR FISIOTERAPEUTA. NULIDADE. Emergindo do caderno processual que o pleito envolve pedido de reparação por dano material e moral, inclusive pensionamento mensal, com a necessidade de estabelecer diagnóstico de doença ocupacional, grau de incapacidade e definitividade, é de rigor a realização da perícia por médico devidamente habilitado, não servindo ao desiderato laudo pericial elaborado por fisioterapeuta, mormente se considerado que este é especializado em movimento humano, cabendo-lhe então a elaboração de perícia cinesiológica funcional, não específica para a questão tal como exige a demanda. Presente, assim, o manifesto prejuízo à parte, a atrair a incidência do disposto no art. 794, da CLT, impondo-se a declaração de nulidade, do processado. (TRT/SP - 00005101120115020466 - RO - Ac. 2ªT [20140061139](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 11/02/2014)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Cargo de confiança

PLANO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - ACESSO RESTRITO À CONCORRÊNCIA INTERNA PARA PROVIMENTO DE CARGOS - PRETENSÃO DE AFASTAR A EXIGÊNCIA DE MIGRAÇÃO DO PLANO REG/REPLAN. O poder do empregador de livre nomeação para os cargos de confiança não pode ser exercido com base em critérios nitidamente inadequados ao seu propósito, desrespeitando assim os limites da não-discriminação, da boa-fé e da função

social do contrato e da empresa. Isso significa que a partir do momento em que se institui um processo seletivo interno amplo e aberto com a finalidade de prover funções gratificadas, a CEF não pode se valer de expediente discriminatório, compelindo seus empregados a abdicar de direito historicamente concedido pela própria empresa - a saber o plano de previdência privada REG/REPLAN da FUNCEF, sob a modalidade de benefício definido - para que possam concorrer aos cargos e funções gratificadas. (TRT/SP - 00010305620125020491 - RO - Ac. 6ªT [20140156253](#) - Rel. RICARDO APOSTÓLICO SILVA - DOE 06/03/2014)

Despedimento

FUNDAÇÃO CASA. INABILITAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. NULIDADE DA DISPENSA NÃO CONFIGURADA. A reclamada é fundação instituída pelo Poder Público, criada por lei estadual e submetida a regime jurídico de direito público. Assim, seus funcionários são servidores públicos e somente podem ser demitidos nas hipóteses previstas no artigo 41 da Constituição Federal. Conforme se extrai do parágrafo 1º do referido dispositivo, a instauração de processo administrativo só é imprescindível para os servidores públicos estáveis, ou seja, somente para aqueles que contarem com mais de três anos de efetivo exercício, e não para os que se encontram em estágio probatório. (TRT/SP - 00000895820135020043 - RO - Ac. 6ªT [20140156261](#) - Rel. RICARDO APOSTÓLICO SILVA - DOE 06/03/2014)

Quadro de carreira

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é ente que integra a Administração Pública Indireta, sujeitando-se, portanto, ao princípio da legalidade, insculpido no artigo 37, "caput" da Constituição Federal. Em outras palavras: a recorrida somente pode fazer aquilo que a lei permite, contrapondo-se ao particular que pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. (TRT/SP - 00034005420125020023 - RO - Ac. 3ªT [20140185393](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 14/03/2014)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

Quinquênios. Empregado Público. Ao empregado de fundação pública, se estende o quinquênio, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, pois esta, quando se refere a servidores (art.124), não diferencia entre estatutários e aqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho devendo sua base de cálculo ser o salário base da autora, na forma da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 60, da SDI-1, TST. (TRT/SP - 00009736520115020073 - RO - Ac. 8ªT [20140081652](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 17/02/2014)